

COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DE SEGURANÇA EM ELETRICIDADE

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Secretaria Executiva / MTE

Data: 14 de agosto de 2007

Hora: 9h00 às 17h00

Participantes: Joaquim Pereira Gomes (DRT/SP); Rinaldo Marinho Costa Lima (DSST/SIT); Jesus Francisco Garcia (CUT); José Renato de Carvalho Barbosa (SINDIELETRO/CUT); Washington dos Santos – Maradora (UGT); Aguinaldo Bizzo (Força Sindical); Jeová P. de Oliveira (FNM/CUT); Sérgio Souto Maia M. de Mello (COELBA); Mário Sérgio Ainsworth F. Lopes (IBS); Antônio Carlos Castellar (CHESF); João José Magalhães Soares (ABRADEE); Rogério Alves da Silva (DSST/SIT); Andressa Duarte Pedra (DSST/SIT); Takao Paulo Hara (ABRAGE); Luiz Takira Tamagusuku (COELBA); Luiz Carlos de Miranda Júnior (CPFL); Osvaldo D'Estefano Rosica (CUT); Jairo Nogueira Filho (CUT); José Humberto Vieira (SINDELETRO/CE); José M. Teixeira (UGT); Sizenando Figueira de Andrade (CHESF); Fabrício Victor de Assis (Arcelormittal Tubarão); Rodrigo de Oliveira Gama (Arcelormittal Tubarão); e Ronaldo Antônio Roncolato (CPFL).

Iniciada a reunião, o coordenador Rinaldo Marinho comentou sobre a dificuldade na retomada dos trabalhos da Comissão tendo em vista conflitos de agenda e os contratempos do caos aéreo. Finalizou a palavra sendo incisivo sobre a necessidade de fechamento da questão sobre o “trabalho desacompanhado”. Lembrou que a NR-10 se encontra em vigor e que as adequações devem ser realizadas paralelamente; e solicitou esforços para que nessa reunião obtenção de consenso sobre propostas para que o DSST elaborasse uma nota técnica solucionando assim o entrave. Na reunião foram disponibilizadas pela Bancada de Governo dados estatísticos sobre a ação fiscal nos segmentos do setor elétrico. Maradona, pela Bancada Laboral, disse que deve haver mais fiscalização no setor, a NR tem que ser mais aplicada, pois é necessário que o número de acidentes seja reduzido. Solicitou mais apoio do Governo e dos empregadores no sentido fazerem aumentar a aplicação da NR, pois acha um absurdo os sindicatos terem que acionar o Ministério Público para fazer cumprir uma Norma criada pela Comissão. Jesus Garcia solicitou aumento do combate aos agravos, pois continuam ocorrendo mortes no setor, disse ser inadmissível a Norma não ser devidamente aplicada. Em seguida a Bancada Laboral entregou ao coordenador uma lista de pleitos, itens a serem explorados pela Comissão. Sérgio Mello ressaltou a importância de se discutir, se não à excelência, a bom termo as questões pertinentes ao Setor e à Norma, e expressou satisfação ao saber que o governo não só mediará como também conduzirá as negociações; frisou que para o bom andamento dos trabalhos as intenções devem ser colocadas de lado para que se ache as soluções e as decisões sejam bem aplicadas, implementadas. Joaquim Gomes lembrou que a Comissão muito pouco produziu ao longo de sua existência, porém que pode ser melhorada tal situação. Em seguida, Aguinaldo Bizzo apresentou detalhadamente a proposta de nota técnica sobre o item 10.7.3 da NR-10, elaborada pela

bancada dos trabalhadores, contendo 11 atividades de trabalho individual, além da explicitação sobre a precedência de uma análise de risco sobre as mesmas. Sérgio Mello, pelos empregadores, alegou que a proposta deveria ser melhor analisada, disse ter condições de que a nota contivesse apenas sete atividades, porém que também outras atividades, além das quatro restantes, serão tecnicamente arroladas e apresentadas pela bancada; propôs que a nota técnica saia com as 7 atividades com texto proposto previamente corrigido sendo que as demais atividades, quatorze, passem pelo mesmo crivo de análise e discussão posterior pela Comissão; além de discutir outros pontos da NR. Maradona, pelos trabalhadores, disse que outros itens podem ser discutidos, mas que pra isso, havia um compromisso anteriormente firmado de que os empregadores fariam um levantamento da aplicabilidade da Norma nas empresas, fato não ocorrido; disse ainda que a nota técnica deve conter toda a grade apresentada pelos trabalhadores. Jesus Garcia complementou dizendo as negociações devem continuar, mas que deveria também haver um compromisso pela Bancada dos Empregadores de que a NR seja aplicada na sua completude, além da nota técnica. Foi concedido um intervalo para que os trabalhadores analisassem as alterações na nota técnica propostas pelos empregadores, sendo que na continuação das negociações foi estabelecido um impasse. O impasse entre as bancadas ocorreu tendo em vista que o termo conceitual a ser adotado como condição intrínseca à análise das atividades a serem desenvolvidas isoladamente, quanto à definição de zonas de trabalho. Com isso, foram suspensas todas as atividades da Comissão e encerrada a reunião.